

AGRO É PAZ!

* Roberto Rodrigues

A partir do começo deste século, a ONU, instituição multilateral destinada a preservar a paz mundial passou a se preocupar com segurança alimentar. Percebeu que não haverá paz onde houver fome, e as recentes e trágicas ondas de migrantes da África, Ásia e Oriente Médio para a Europa são a prova mais recente dessa verdade. Por isso mesmo a ONU lançou o estudo segundo o qual no ano 2050 haverá mais de nove bilhões e meio de habitantes na Terra e, para alimentar a todos, será preciso aumentar a produção de comida em até 70%.

Dada a explosão de novas tecnologias agrícolas que vem surgindo em instituições públicas de pesquisa e em empresas privadas, é muito difícil fazer qualquer previsão dessa natureza para um espaço de tempo tão amplo quanto o exercitado pela ONU. Por isso a OCDE montou um projeto em 2010 olhando 10 anos à frente, e concluiu que neste período seria necessário aumentar a produção de alimentos em 20% para garantir segurança alimentar global. E mostrou que não seria tão fácil alcançar esta meta, dado o fato de que nos grandes países produtores e na União Europeia a produção dificilmente crescerá mais de 15%, cabendo ao Brasil a responsabilidade de aumentar a sua em 40%. Esta possibilidade, diz a OCDE, se deve ao fato do Brasil ter terra disponível para aumentar a área cultivada, ter uma tecnologia tropical sustentável que vem aumentando a produtividade por hectare e ter gente competente em todos os elos das cadeias produtivas do agronegócio.

Acompanhando este estudo da OCDE, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos, apontou este ano suas previsões em direção parecida. O Canadá poderá oferecer 9% mais alimentos nos próximos dez anos, os Estados Unidos outros 10%, a União Europeia 12%. China, Índia, Rússia deverão ofertar mais 13% em média, e a Oceania mais 9%. Com tais números, o USDA acredita que, para haver oferta equilibrada de alimentos ao mundo, cabe ao Brasil aumentar a sua em 41% em dez anos.

É uma inédita demanda que vem de fora para dentro. E, naturalmente, não são valores que interessam aos nossos concorrentes, sempre preocupados em criar mecanismos de proteção aos seus produtores rurais que inibam nosso avanço nos mercados. Mas não podemos ficar de costas para esse desafio. Afinal, o mundo sinaliza que podemos ser os campeões mundiais da segurança alimentar e, por conseguinte, campeões mundiais da paz. E isso trará empregos, renda e riqueza para os brasileiros.

Em relação ao aspecto tecnológico, temos feito um trabalho muito vigoroso. Desde o Plano Collor até hoje, por exemplo, a área plantada com grãos no Brasil cresceu 62%. Já a produção de grãos aumentou 302%, quase 5 vezes mais do que a área cresceu. Se estes dados já são notáveis, há por trás deles outro ainda mais relevante: se tivéssemos hoje a mesma produtividade por hectare que tínhamos em 1990, ano do tal Plano, seriam necessários mais 91 milhões de hectares para colhermos a safra de grãos de 2018. Em outras palavras, estes 91 milhões de hectares não precisaram ser desmatados: milhões de hectares de

cerrados, florestas e outros biomas foram preservados. Não se trata de uma promessa ou de um sonho ambientalista: foi feito de fato, mostrando que a tecnologia aqui gerada é preservacionista, é sustentável.

Números semelhantes são observados em outras culturas, como cana-de-açúcar, frutas, olerícolas, e sobretudo na produção de carnes. No mesmo período analisado, a produção de carne de frangos cresceu 462% e a de suínos outros 255%. Mesmo em relação à carne bovina, cujo ciclo é muito mais longo, crescemos 89% e seguimos avançando. Grande importância desses avanços tecnológicos é a redução do preço dos alimentos: com maior produtividade, aumentou a oferta deles, e seu preço caiu: nos últimos 50 anos a participação da cesta básica no consumo da renda familiar baixou de 55% para 15%, beneficiando sobretudo as populações mais pobres que gastam menos de seu orçamento com alimentos, sobrando mais recursos para outras necessidades.

E novas tecnologias vem surgindo com grande rapidez, como o "plantio direto", método de produção em que não se pratica mais a aração e gradeação do solo, o que evita evaporação da água retida além de impedir a lixiviação dos fertilizantes aplicados. O revolucionário modelo de integração lavoura/pecuária/floresta vem crescendo de forma impressionante no país. Por esse processo, o produtor chega a fazer 3 explorações na mesma terra num único ano agrícola: pode semear a soja no verão, no inverno planta milho, trigo ou sorgo junto com sementes de pastos. Quando colhe estes grãos, tem uma pastagem verde e nutritiva em regiões onde a seca já acabou com pastos bons. E agora já se começa a produzir madeira entre as áreas de grãos/pastos. A agroenergia reduz enormemente a emissão de gases de efeito estufa (o etanol emite apenas 11% do CO₂ emitido pela gasolina), ajudando o Brasil a cumprir seus compromissos assumidos na COP 21 de Paris.

Quanto à terra utilizada, os números que a Embrapa apresenta são impressionantes. Atualmente, dos 850 milhões de hectares do nosso território, apenas 9% são ocupados com TODAS as lavouras plantadas no Brasil, inclusive as culturas florestais. Outros 13,2% são pastagens plantadas, e mais 8% são pastagens naturais. A soma de todas estas áreas, que é o que TODAS as fazendas produtivas ocupam, é de 30,2% do território brasileiro! E tem mais: o país ainda tem 66,3% de seu território coberto com vegetação nativa (aqui incluídos os 8% de pastos naturais), sendo que 20,5% corresponde a áreas preservadas nos imóveis rurais privados.

É bem verdade que as leis atuais impedem o uso da maior parte dessas terras: quase 13% pertencem aos índios, existem os parques nacionais, estaduais, municipais e até privados, há terras para quilombolas e todas as áreas de preservação permanente e reservas legais previstas pelo Código Florestal. Mas é possível fazer desmatamento legal. Com isso e com a transformação de pastagens em terras agricultadas, ainda podem ser acrescentados perto de 15 milhões de hectares em plantações de alimentos.

Por último, um tema relevante: gente. As dezenas de Faculdades de Ciências Agrárias espalhadas por todo o país formam anualmente um contingente de técnicos qualificados para pesquisa e extensão rural no campo. O mesmo acontece com escolas de nível médio, sem falar em administradores e

economistas que querem trabalhar no agronegócio. São milhares de jovens que procuram atividades direta ou indiretamente ligadas à agropecuária e à agroindústria, formando um contingente incomparável.

Neste ponto vale conceituar agronegócio, até para a compreensão dos empregos que esses jovens podem acessar: é a soma das cadeias produtivas cuja coluna dorsal é a atividade agropecuária. E o que é uma cadeia produtiva? Ela começa num centro de pesquisa e termina na gôndola de um supermercado e se divide em três partes. A primeira vem "antes da porteira" das fazendas: é a soma dos atores e atividades que começam na prancheta de um pesquisador científico que cria novas variedades e tecnologias, passa pelos insumos indispensáveis para a produção rural (máquinas e equipamentos, fertilizantes, defensivos, rações, vacinas, corretivos, sementes e mudas, colheitadeiras) e serviços idem (crédito, seguro, assistência técnica e extensão rural, planejamento). A segunda reúne o que acontece "dentro da porteira": preparo do solo, plantio, tratos culturais, colheita. E a terceira vem "depois da porteira": transporte, armazenagem, industrialização, embalagem, distribuição aos mercados interno e externo. Em todos os diferentes segmentos de cadeias produtivas existem empregos para os jovens formados nas profissões referidas.

O PIB do agronegócio brasileiro representa 22% do PIB total do país. Os empregos gerados pelo setor correspondem a 25% dos existentes atualmente. No ano passado, os excedentes exportados, depois de bem abastecido o mercado interno, corresponderam a 44% do valor total das exportações brasileiras. Mas o saldo comercial do agronegócio foi de 81,8 bilhões de dólares, enquanto os demais setores da economia tiveram um déficit de 14,8 bilhões. Com isso, o saldo comercial total foi positivo graças ao agro, fato que vem se repetindo há décadas. No ano 2000 as exportações totais do agro foram de 20,6 bilhões de dólares, e no ano passado atingiram 96 bilhões, quase 5 vezes mais em 17 anos, dentro dos quais tivemos a grande crise financeira global de 2008 a 2010, quando o comércio mundial teve um refluxo significativo. Exportamos para mais de 140 países e somos os maiores exportadores de açúcar, de suco de laranja, de café em grãos, do complexo soja, de carne de frango; somos os segundos maiores exportadores de carne bovina, de milho e o quarto em carne suína. Vamos crescendo em algodão, em produtos hortifrutigranjeiros, flores e orgânicos. Somos grandes exportadores de produtos florestais e de fumo.

Portanto, temos crescido com sustentabilidade em mercados de alimentos, energia e fibras, de forma sistemática e firme.

Mas vamos ser capazes de atender à demanda que nos está colocada de fora para dentro, de crescer 41% em 10 anos? Sim! Desde que haja uma estratégia clara, que não se atenha apenas a políticas para o agronegócio, mas sim para todos os setores da economia. Essa estratégia não pode ser um Plano para um governo apenas, mas para um lapso de 10 a 15 anos. E sua implementação não é responsabilidade exclusiva do Executivo, mas demanda ações do Legislativo, do Judiciário e da sociedade civil organizada.

Devemos começar cuidando da estabilidade econômica, promovendo as reformas indispensáveis, a previdenciária, a tributária e a política.

Inflação e taxas de juros baixas são essenciais para atrair investimentos, além independência do Banco Central quanto à taxa de câmbio.

Outra questão central para atrair recursos produtivos para o Brasil é a segurança jurídica, com um mínimo de previsibilidade quanto a resultados reais.

Com essa base estabelecida, será necessário cuidar da política para a indústria, já que a agropecuária depende dos fabricantes de insumos e equipamentos, além da indústria de alimentos, sem que isso signifique protecionismo ou subsídios que sempre distorcem a realidade: a abertura comercial deve ser prioridade.

Investimentos em logística e infraestrutura são necessários, e este talvez seja o maior gargalo para o objetivo de alimentar o mundo: nossa agricultura era costeira até meados do século passado, quando avançou para as fronteiras do centro-oeste, do Nordeste e do Norte. Mas a infraestrutura não acompanhou essa mudança. Será preciso, através de Parcerias Público Privadas, cuidar de armazenagem, de rodovias, ferrovias, hidrovias e de portos, sempre priorizando volumes a serem transportados e não interesses políticos regionais.

A política comercial deve buscar acordos bilaterais ou até mesmo multilaterais. E nestes acordos devemos reduzir a escalada tarifária que inibe a agregação de valor nas commodities e matéria primas.

Precisamos de investimentos em inovação, considerando a imensa onda de conectividade e TI que vem chegando ao campo, além da preocupação com insumos cada vez mais sustentáveis. E montar efetivos mecanismos de assistência técnica e extensão rural que permita o acesso das inovações disruptivas para todos os agropecuaristas.

Devemos investir com vigor em defesa sanitária para impedir desastres como a Carne Fraca e a Operação Trapaça, de que se aproveitam concorrentes produtores de proteína animal.

Temos que organizar uma política de renda para o campo, como fizeram os países desenvolvidos, cuja prioridade é o abastecimento das populações urbanas, que são majoritárias e cujos votos são mais relevantes. Assim, estimular (e em certos países até proteger e subsidiar) a atividade rural é sinônimo de segurança alimentar e, portanto, de estabilidade política. Devemos modernizar e desburocratizar o crédito rural, enfatizar um seguro rural efetivo e digno, para, assim, diminuir a demanda por crédito oficial: os bancos privados terão interesse em financiar a atividade rural e investimentos no campo. Preços de garantia e mercados futuros devem fazer parte dessa plataforma de renda.

Devemos apoiar o cooperativismo, o associativismo e o sindicalismo, promovendo o pequeno produtor, sempre ameaçado pelas menores margens da unidade de produto. Proceder à regularização fundiária, inclusive para assentados em programas oficiais é basilar para que estes produtores tenham garantias a oferecer em seus empréstimos. É preciso acabar com todo tipo de violência e desrespeito às leis no campo, inclusive invasões de propriedades privadas ou públicas.

Agroenergia é um tema relevante, visto que a produção de etanol de milho e de biodiesel de oleaginosas interferirá no cenário alimentar. Portanto, é

imperioso dar sequência ao RenovaBio, programa que dá previsibilidade ao setor e trará investimentos na agroindústria.

Desenvolver mecanismos que reduzam perdas e desperdícios deve ser outra prioridade. Segundo estudos sérios, no caso de hortifrúti, as perdas passam de 10% da produção.

Todos estes temas DEVEM necessariamente considerar uma questão fundamental para a competitividade: a sustentabilidade, com ênfase para a preservação de recursos naturais. Mudanças climáticas e consumo de água podem ser mitigados com políticas adequadas e preservacionistas nos diferentes biomas do Brasil.

Com uma estratégia que considere os temas acima e conduza a modernização de legislações obsoletas que afetam as cadeias produtivas, não há a menor dúvida que o Brasil poderá ser o campeão mundial de segurança alimentar até 2030.

E não só os agricultores serão os heróis desta conquista: todos os brasileiros serão corresponsáveis, uns com maior proximidade, outros com menor participação, mas ninguém ficará de fora: todos seremos campeões mundiais da paz!

Pode haver maior glória para um povo?

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas e Titular da Cátedra de Agronegócios da USP.**